

# Redes sociais como espaço alternativo para formação crítica<sup>1</sup>

---

*Andrea Brandão Lapa*  
*Isabel Colucci Coelho*  
*Simone Leal Schwertl*  
*Andreson Lopes de Lacerda*

## Introdução

A discussão em torno do papel das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) nas mudanças sociais contemporâneas se estende, em sua penetrabilidade e complexidade, desde a difusão dos aparatos eletrônicos analógicos até a popularização dos dispositivos móveis digitais e das novas plataformas de comunicação. A chamada WEB 2.0, que fez da internet principalmente um lugar de interação entre seus usuários (PRIMO, 2007), confluí e abriga relações *online* e *off-line*. É fluído de agenciamentos coletivos, manifestações artísticas e políticas, circulação de saberes e tantas outras formas de interação socioculturais. Seja com um uso Individual ou coletivo, esses novos meios exigem autonomia e protagonismo das pessoas e o grande desafio para a Educação parece ser o de compreender a diluição dos tempos e dos espaços, das autoridades e hierarquias e da autonomia dos sujeitos frente às TDIC.

Em uma primeira aproximação, o debate se divide entre entusiastas e céticos. Os entusiastas (tecnófilos), que defendem as virtudes morais, cívicas e econômicas da cultura digital, e de outro lado os céticos (tecnófobos), que acusam as TDIC de corromper a sociedade e enfraquecer a política, porque as “máquinas” (celulares, computadores) afastam as pessoas e as retiram dos contatos face a face, que são tidas como as “boas” relações sociais porque são “reais”. Enquanto entusiastas celebram o poder da tecnologia

---

<sup>1</sup> A primeira versão desse artigo foi apresentada na 37ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), realizada em 2015, sob o título “As redes sociais como espaço público educador”.

de renovar a vida política, cultural e cívica, de liberar populações oprimidas, incluir os explorados e marginalizados (RHEINGOLD 1993; BENKLER 2006; SHIRKY 2011), os céticos denunciam a trivialização da política e da cultura, a desumanização das relações e o esfacelamento do tecido social (KEEN 2007; TURKLE 2011).

Porém, esse tratamento binário pouco tem a contribuir. Ignora os diversos tons intermediários da questão e simplifica o que, todavia, nunca deixará de ser complexo. Uma abordagem mais adequada pode ser encontrada em Rüdiger (2011), que propõe uma via alternativa à luz da Teoria Crítica: o cibercriticismo. Uma brecha de possibilidade nas determinações dadas por uma racionalidade com intenção hegemônica, que reconhece tanto a necessidade de consciência da imposição de condições restritivas dadas pelos meios técnicos como a importância da comunicação no desenvolvimento de novas formas de associação e solidariedade para o surgimento de uma sociedade mais livre (HORKHEIMEIR, 1972; KELLNER, 1989). Alerta que para evitar a condenação de tecnóforos e a celebração ingênua dos tecnófilos “a cibercultura precisa ser vista em sua ambivalência” (RÜDIGER, 2011, p. 69).

Compactuamos com o cibercriticismo por escolhermos uma ênfase no sujeito social e na sua capacidade de ação para a transformação. A ação política como a condição humana que situa o indivíduo em um mundo já existente antes da sua chegada e o coloca em condição de estar nesse mundo comum em ação e discurso (AREN-DT, 1993), é o ponto chave da nossa preocupação. E questionamos: quais são as formas da ação política possíveis nos espaços de interação social da Web 2.0? Procuramos compreender como as pessoas se comunicam e se articulam, e se, através desses novos modos de interação social, formam vínculos, negociam as suas diferenças, constroem consentimentos, se organizam e agem pela transformação social. Essa abordagem nos parece mais interessante por buscar possibilidades de fortalecimento do sujeito no contexto da cibercultura que passa, necessariamente, por uma melhor compreensão de como os indivíduos agem politicamente nas redes sociais.

O foco no sujeito, contudo, não se apresenta simples também. No debate sobre o declínio do civismo e da cultura política há, primeiro, a culpabilidade dos próprios jovens. Os discursos

que acusam a Internet de banir a vida civil (quanto mais tempo as pessoas passam em frente às telas, menos se engajam em relações sociais face a face vistas como o pré-requisito para a participação civil significativa). E, por outro lado, os discursos otimistas que defendem que a Internet, por si, pode promover uma cidadania mais inclusiva e participatória (especialmente entre minorias excluídas). Ambas parecem ancoradas em uma compreensão simplista do que significa civismo e prática política na atualidade. Banaji e Buckingham (2013) também propõem evitar o tratamento dual e apontam que para engajar novamente os jovens na política e na vida civil precisamos achar novos meios de comunicação que transcendam os limites da política tradicional. Porque talvez haja novas formas de política e cultura cívica em desenvolvimento que envolvem modos mais informais de participação e ação coletiva e que podem acabar por mudar os conceitos tradicionais de política e civismo que têm baseado nossas leituras dos movimentos sociais até então.

Frente a isso, problematizamos: qual a qualidade da ação política mediada por TDIC? O que caracterizaria a Internet como um espaço público democrático? Inseridos neste problema, temos o objetivo de identificar em nosso referencial teórico fatores e circunstâncias que propiciam a ação política e o empoderamento de sujeitos com o objetivo que de potencializar sua existência, especialmente em contextos educativos.

## Educação na cultura digital

O que temos visto é que as redes sociais desestabilizam a capacidade que alguns grupos da sociedade possuem de influenciar, dominar e comandar a vontade e as escolhas de outros grupos, de modo que o novo contexto da cultura digital questiona e desloca as relações de poder constituídas (CASTELLS, 2013). Tanto melhor é que, enquanto criam novos espaços de possibilidade de ação democrática e cidadã, os usos atuais das redes sociais também parecem promover o empoderamento de cidadãos, que se caracteriza pela oportunidade na qual os destituídos de poder se fortalecem e ganham domínio sobre seus assuntos pessoais. Isto é: adquirem a capacidade para aces-

sar informações e recursos, ganham a habilidade de articular suas próprias histórias, influenciam os problemas políticos que lhe dizem respeito, ampliam a confiança e a autonomia para fazer escolhas livres e significativas, traduzindo-as em ações e resultados que afetam suas vidas e da comunidade em que vivem (FORTUNATI, 2014). Um exemplo está nas “Jornadas de junho 2013” no Brasil, em que a manifestações iniciadas pelo Movimento Passe Livre e alaistradas por todo o país impediram o aumento das tarifas de transporte público e mobilizaram milhões de pessoas nas ruas e nas redes.

Por outro lado, nunca se assistiu tão livremente à expressão do ódio. O fomento à segregação, ao racismo e à discriminação, por exemplo, chegam a tensionar o limite dos direitos humanos. O ódio, antes restrito a círculos privados, é difundido e viralizado nas redes sociais de modo a amplificar as reações positivas e negativas, agregando seguidores e promovendo reações desproporcionais a fatos que ganharam notoriedade sem lastro concreto que o valha. Não obstante, se repercutem fora da *web*, com perseguição e violência na vida cotidiana (como o caso da ameaça de morte ao blogueiro e cientista político Leonardo Sakamoto<sup>2</sup>).

É claro que a educação joga um importante papel na construção e manutenção do empoderamento do cidadão. Por um lado há os limites colocados por um sistema de ensino engessado, que determina os conteúdos das escolas em parâmetros curriculares nacionais, padroniza processos a partir da standardização de avaliações tanto da aprendizagem como do ensino, fato que não pode ter uma abordagem romântica e inocente. Por outro lado, há visões mais otimistas que reconhecem que esse controle e reprodução de uma sociedade pouco justa e igualitária não acontece sem resistência, e que, de fato, existem muitas ações educativas emancipadoras que acontecem nas brechas dessa estrutura com intenção hegemônica. Portanto, há aí uma possibilidade dada por professores que são sujeitos e assumem seu papel como intelectuais orgânicos, que transmitem valores opostos aos da competição, que desestabilizam seus estudantes para além das liberdades individuais e os assentam dentro das implicações sociais que desafiam a sua existência em um mundo compartilhado.

---

<sup>2</sup> <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/17/porque-fechei-meu-blog-para-comentarios-2/>

Obviamente essas ações não ocorrem sem conflito. Há muito tempo Hannah Arendt já alertou que a educação não poderia dar origem a um novo projeto de ordem social, posto que tem como função principal apresentar o mundo velho ao indivíduo que é novo, em um processo contínuo entre gerações (ARENDR, s.d.). Entende que o melhor que a educação pode fazer pela ação política é formar jovens aptos a encontrarem seu lugar no mundo, para nele *começarem algo*. Assim, a escola deve promover uma leitura crítica do mundo sem definir de antemão o projeto de futuro, esse sim a cargo da nova geração na sua inserção no mundo.

Mas estaria a escola preparada para abrir mão do controle sobre o processo de ensino e aprendizagem? Ainda segundo a autora, “a imprevisibilidade decorre diretamente da história que, como resultado da ação, se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. O problema é que, seja qual for o caráter e o conteúdo da história subsequente (...) seu pleno significado pode se revelar apenas quando ela termina” (ARENDR, 2013, p. 240). Nessa perspectiva, a escola poderia reconhecer o futuro em processo, como um devir, que depende desses novos sujeitos como autores de suas próprias histórias. Seria outra educação, distinta da realizada pelo atual sistema de ensino, com ou sem TDIC.

Talvez por essa razão, Illich (1971) tenha proposto a “desescolarização da sociedade”. O autor argumentava que a escola tradicional se prestava mais a estimular as desigualdades sociais especialmente em países pobres, pois marginalizava aqueles que não conseguiam acompanhá-la. Mais recentemente, Nóvoa (2014) também utilizou o termo ao reconhecer diversos espaços formativos sociais e culturais que emergem com a Web 2.0. Destacamos um termo interessante que ele apresenta: o *espaço público educacional*, onde várias instituições e lugares assumem a sua responsabilidade na educação. Nessa perspectiva, as práticas comunicativas nas redes sociais se legitimam como uma alternativa fértil.

No entanto há aí um descompasso entre escola e o contexto da cultura digital em que as crianças e jovens estão inseridos hoje. Enquanto as escolas permanecem como o cenário adequado para a aprendizagem de conteúdos, a vida real segue vibrante nas redes sociais. Crianças e jovens passam mais tempo na Internet do que

na escola. De acordo com o relatório TIC Kids Online Brasil 2015, publicado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (2016), 84% dos usuários de Internet de 9 a 17 anos, acessam a rede diariamente. A pesquisa ressalta também que, em 2015, dois terços das crianças e adolescentes (68%) utilizaram a Internet mais de uma vez por dia - um aumento de 47 pontos percentuais se comparado com a mesma pesquisa realizada em 2014. Em relação às atividades realizadas na Internet, a pesquisa também aponta a predominância de ações ligadas à comunicação e ao entretenimento e à pesquisa escolar. Entre as atividades mais citadas pelos usuários de 9 a 17 anos estão procurar informações na Internet para fazer trabalhos escolares (80%), enviar mensagens instantâneas (79%) e usar redes sociais (79%).

Outro dado relevante diz respeito às práticas de comunicação e redes sociais on-line disseminadas entre os jovens usuários da rede (87%), tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais. O uso é maior entre os mais velhos, onde 96% dos adolescentes de 15 a 17 anos possuem perfis nas redes sociais com maior incidência nas redes sociais como: *Facebook* (92%), *WhatsApp* (82%), *Instagram* (50%) e *Snapchat* (36%).

Parece mesmo um contrassenso assumir que esses novos espaços midiáticos não desempenham um papel educador na cultura digital. Essa compreensão foi anunciada por Bartolomé (2011, p. 18) quando disse que “*de una escuela en la Web de mediados de los noventa, rápidamente se pasó a comprender que la ‘Web era la escuela’*”. *Web* e escola estão inevitavelmente imbricadas no contexto atual do aluno. Por essa razão sugerimos transcender uma visão de oposição, que, apesar de comum, seria restrita e reducionista da mídia-educação. De um lado buscar a contribuição da *web* no ensino formal das escolas, utilizando as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) como conteúdo e como ferramenta pedagógica. E de outro, pensar que a *web*, em si, pode promover a educação emancipadora que desejamos, como um espaço livre apropriado criticamente e criativamente por sujeitos autônomos. Pensar a sinergia entre *web* e escola tem como ponto de partida, para nós, compreender as contribuições dos usos políticos feitos nas redes sociais por movimentos ativistas e buscar formas de apropriação crítica desses fatores e circunstâncias em *espacios públicos educativos*.

Portanto, temos como pressuposto que a *web* não é um espaço

outro, e concorrente, da escola. O contexto atual é um híbrido de espaços e relações *on-line* e *off-line*. Nessa perspectiva, buscamos identificar fatores e circunstâncias relevantes para a ação política e o empoderamento nos espaços sociais da Internet. Uma investigação que tem como objetivo contribuir para a formação de professores e educadores que visem a uma educação emancipadora, dentro ou fora da escola. E, conseqüentemente, fortalecer e ampliar os espaços de possibilidade dessa formação na cultura digital.

## Desafios à democracia na cultura digital

Na teoria política contemporânea que prevalece nos países democrático-liberais, as definições de democracia tendem a se esgotar a um conjunto de regras (BOBBIO; MANTTEUCCI; PASQUINO, 2010), tais como: a existência de um órgão político máximo responsável pelas funções legislativas e outras instituições com dirigentes eleitos para atuarem junto a ele; a inclusão de todos os cidadãos maiores de 18 anos como eleitores, sem distinção de sexo, raça, religião; a não limitação de direitos de minorias em função da vontade da maioria. No entanto, Bobbio identifica a questão central que faz da democracia atual um instrumento que distancia as pessoas da vida política: “Todas essas regras estabelecem como se deve chegar à decisão política e não o que decidir” (Idem, p. 327).

Assim, chegamos à questão da importância da comunicação, da ênfase nos processos comunicativos para debater e resolver “o que decidir”, para além da organização institucional que garante as formas de “como chegar à decisão”. Por essa razão parece mais adequado o modelo deliberativo, que seria uma política dialógica, realizada por meio de uma política instrumental, em que as formas de comunicação institucionalizadas garantam a negociação de conflitos e busca de consenso, onde “seria preciso revitalizar a esfera da opinião pública até o ponto em que uma cidadania regenerada pudesse (re) apropriar-se, na forma da autogestão descentralizada, do poder burocraticamente autonomizado do Estado” (HABERMAS, 1995, p. 46).

Nesse modelo é imprescindível a existência de um espaço de diálogo permanente entre os entes de uma sociedade para que haja democracia, pois os cidadãos configuram um corpo público quan-

do se comunicam de maneira irrestrita sobre assuntos de interesse geral. Por isso a Teoria da Ação Comunicativa (HABERMAS, 1994, 1997) continua atual, ao insistir nas qualidades dialógicas da comunicação humana onde os processos de fala e a audição são compartilhados em busca de uma compreensão recíproca, um consenso. O diálogo surge como uma possibilidade de organização do espaço público, denominado pelo autor de esfera pública: um espaço de livre acesso, onde as pessoas podem debater e desenvolver argumentos sobre questões da vida comum.

A nossa compreensão de democracia também representa a luta dos sujeitos contra a lógica dominante dos sistemas sociais. A forma com que os sujeitos se apropriam da organização institucional para negociar suas diferenças em esferas públicas organizadas segundo uma autogestão descentralizada, baseadas, claro, em processos comunicativos.

Um caráter particular e específico da modernidade latino-americana é a demanda de subjetivação, de afirmação e reconhecimento de aspectos culturais e de identidade pessoal e social (TOURAINÉ, 1994), de maneira que a democracia seja pensada como uma das dimensões da constituição do sujeito em ator social. Na sequência, “a democracia deve tratar de seguir dois caminhos: por um lado, criar espaços para a participação cada vez mais perceptíveis e, por outro lado, garantir o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo” (GADEA; SCHERER-WARREN, 2005, p. 41). Os autores alertam que a formação dos movimentos sociais depende, assim, de elementos formadores de atores e promoveriam o importante diálogo entre democracia e sujeito social, já que a ampliação de um significa a ampliação do outro.

Essa reflexão nos conduz a uma centralidade do *sujeito* e sua formação. O sujeito é aquele indivíduo capaz de subjetivar sua vivência, instituir sentidos, elaborar conceitos, ideias e teorias. O indivíduo (o singular) só vai encontrar fundamento para a sua força de criação e luta por libertação na sua formação em sujeito, que é capaz de agir conscientemente e que, ao dominar sua obra, adquire valores que o penetram. Indivíduos sociais dotados de uma cultura que assumem o duplo papel de produto e produtor da sociedade em que vivem. Significa ter vontade de atuar no mundo mais do que permitir ser determinado por ele, onde sua liberdade será constru-

ída na alteridade, na sua relação com o outro, que deve unir seus dois universos: o universal e o particular (TOURAINÉ, 1994).

Por essa razão apostamos na comunicação e na constituição de espaços públicos como esferas democráticas de negociação das diferenças com vistas à convivência social e à formação do sujeito nesse processo. Temos como um pressuposto que os espaços públicos são um espaço possível para a existência do sujeito e sua formação para a ação política no mundo em que vive. No mundo contemporâneo, um espaço público que merece destaque são as redes sociais, que devem ser estudadas no seu potencial de serem (ou se tornarem) esferas públicas, portanto, espaços de possibilidade para a formação do sujeito.

## Redes sociais virtuais como espaço público contemporâneo

A noção de redes sociais já foi bastante tratada nas ciências humanas antes da Web 2.0 e se referia a uma:

Comunidade de sentido, na qual indivíduos, sujeitos/atores ou agentes sociais são considerados como *nós* da rede ligados entre si pelos seus *laços de afinidade*, que compreendem tipos de interação com certa continuidade, estruturação e frequentemente em um espaço delimitado (SCHERER-WARREN, 2012, p. 129).

A abordagem que recortamos tem como ponto de partida analisar a realidade social a partir das relações sociais e defende que as TDIC são elementos facilitadores da difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos (nós da rede), mas não são as únicas formas de ação, nem a principal, dos movimentos sociais. O que implica na interação entre cenários da vida cotidiana e do ciberespaço que transcendem a visão simplificadora da oposição binária entre mundo real e mundo virtual.

Ao recorrer à história dos movimentos sociais, Castells (2013) relembra que eles sempre dependeram da existência de mecanismos de comunicação que determinam as características organizacionais do próprio movimento, e considera que os movimentos sociais em rede na era digital representam uma nova espécie. Isso por conta do potencial interativo e autoconfigurável das novas TDIC, que por sua

vez viabilizam movimentos sociais com uma organização menos hierárquica e com dimensões de participação jamais vistas na história da humanidade. A probabilidade de formação de um processo de ação coletiva arraigado na indignação, propelado pelo entusiasmo e gerado pela esperança é potencializada pela rapidez e interatividade dos processos de comunicação.

Para o autor, os movimentos sociais que estão presentes nas redes sociais surgiram do sonho de reinvenção da democracia e está aí seu verdadeiro espólio. A mudança cultural causada por sua ação está na possibilidade de as pessoas encontrarem maneiras de administrarem coletivamente suas vidas em conformidade com os seus princípios, que em geral são refutados em sua experiência cotidiana. Nas palavras do autor: “O legado dos movimentos sociais em rede terá sido afirmar a possibilidade de reaprender a conviver” (CASTELLS, 2013, p. 177).

A interferência da mídia na política se complexifica uma vez que outras formas de diálogo descentralizado passam a acontecer na Internet. Se antes a teoria crítica apontava a mídia como uma ameaça para a democracia, a pergunta colocada agora é “como a teoria poderia dar conta desta guinada sobre uma tecnologia, a Internet, que aparentemente promove o discurso descentralizado?” (POSTER, 2001, p. 266). Estudos posteriores como o de Reinghold (2007) e especialmente o de Benkler (2006), que cunhou o termo *esfera pública interconectada*, afirmam que sim, a Internet poderia se constituir em uma esfera pública no sentido habermasiano.

No entanto, uma vertente mais cética diz que a Internet não se constitui como espaço de decisão e, portanto, não pode ser compreendida como uma esfera pública. É certo que estão presentes todas as características de uma esfera pública, porém não de maneira plena, como ser universal, acessível, permitir liberdade de expressão e participação fora das instituições políticas tradicionais (BUCHSTEIN, 1997). Fatores que agravam esse cenário seriam a ausência de conhecimento específico sobre temas políticos por parte de cidadãos leigos, o acesso restrito às novas tecnologias, bem como a modificação da natureza da esfera pública, que agora não se dá mais face a face.

Uma leitura mais aprofundada entre ambas pode vir a identificar uma certa ação política na interação social que acontece nas redes

virtuais. A aposta é de que a Internet pode ajudar a vitalizar a cultura cívica em esferas públicas informais, e que elas podem ter um papel modesto, porém relevante, no que Dalghren (2004) vai chamar de pré-condições para uma identidade cidadã e compromisso em esferas públicas promovidas por novas formas de participação *on-line*.

Dizer que a política surge do diálogo pode parecer mágico, mas há, de fato, uma sociologia sutil a ser elucidada aqui. Bakardjieva (2010) usou o termo “subativismo” para descrever uma forma de preparação cívica entre as pessoas em momentos da vida cotidiana, onde as normas são questionadas, desafiadas e negociadas, onde horizontes morais são aplicados ao mundo social, onde as questões de justiça são levantadas antes do político vir à tona ou quaisquer ligações com a política sejam feitas. Pode não ser sempre fácil determinar empiricamente quando o subativismo se transforma em política ou se desvia para a política de pleno direito, “mas perseguir o desafio vai, sem dúvida, aumentar a nossa sensibilidade para as sutilezas que a participação abrange” (DALGHREN, 2012, p. 10).

A questão chave é: se a Internet não se configura em um espaço público, como poderia vir a ser? Novamente sem uma compreensão que assuma os espaços da Internet separados dos tradicionais, como as praças, instituições, assembleias e associações deliberativas da ação democrática. Hoje atuamos em espaços híbridos onde *on-line* e *off-line* se complementam e as redes sociais são espaços sociais de ação política democrática. Portanto, a questão de destaque seria identificar fatores e circunstâncias necessários para que as redes sociais pudessem ser utilizadas como espaços que participam e contribuem para a configuração de esferas públicas na contemporaneidade. Esses elementos que promovem a ação política transformadora contribuem para a formação crítica de sujeitos e deveriam estar presentes em uma educação que vise ser emancipadora.

## Ação política, uma condição humana também nas redes

Em um processo educativo libertador, o que se pode pretender é que os sujeitos se encontrem para a pronúncia do mundo, mas, sobretudo, para a sua transformação. Portanto, não basta promover

a consciência do “que” e “como” da alienação no mundo contemporâneo, mas almejar a práxis verdadeira de transformação dessa realidade, aí, sim, revolucionária. A ação política.

Hannah Arendt (1993) contribui aqui também, pois busca as origens e o exercício de uma ação pura, no estágio anterior aos seus desdobramentos no que chama de “teia preexistente de relações humanas”, onde todos os atos e falas praticados estão, obrigatoriamente, inseridos. Agir, sem seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, iniciar (do grego *archein*), ou, imprimir movimento a alguma coisa (do latino *agere*). Para a autora, nas sociedades modernas há uma separação desses dois sentidos: a ação passou a estar vinculada à realização, enquanto o processo iniciador da ação ganhou o sentido de liderar e governar, e não de *agir*. Assim, argumenta, dividiu-se a função de dar ordens e a de executá-las, criando uma cisão da ação não mais em dois momentos, mas entre dois tipos de sujeitos: líderes e súditos.

A pergunta seria o quanto a Internet permitiria a união de *archein* e *agere*. Já discutimos como as redes sociais têm propiciado reconfigurações nas relações de poder e também como a sensação de liberdade tem produzido tanto novas formas de ação política transformadora como a expressão do discurso de ódio e da naturalização de atitudes segregacionistas e violentas. O alerta já postulado pela Escola de Frankfurt, e que deve sempre estar nos horizontes das análises que se pretendam críticas, seria o reconhecimento da não neutralidade dos meios e a consciência de novas formas de alienação que aconteceriam através desses. Isto é, reconhecer as estratégias de manipulação e dominação nas redes sociais e buscar, ali também, formas alternativas de usos que pudessem promover a liberdade.

Voltamos assim à centralidade dos sujeitos e suas formas críticas e criativas de apropriação das TDIC. E, decerto, à relevância de sua formação, a começar pela identificação e reconhecimento de fatores e circunstâncias para promover essa qualidade de ação política nas redes sociais.

Outro importante conceito para a nossa compreensão do espaço público é o espaço de aparência (ARENDDT, 2013). Para a autora, ele “passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e, portanto, precede toda e qualquer constituição formal do domínio público” (Idem, p. 249). Esse espaço constitui um

lugar de aparecimento aos outros e dos outros a si e jamais perde seu caráter potencial e efêmero. Já que o mundo comum acabaria se fosse visto a partir de uma única perspectiva ou aspecto, ela chama a atenção para a importância da pluralidade do espaço de aparência, para que o domínio público possa acolher e permitir a ação de representantes de diferentes pontos de vista de uma sociedade.

A pluralidade “é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDDT, 2013, p. 10), portanto, como a possibilidade de aparência da distinção e da unicidade de cada pessoa revelada pelo discurso em um espaço público. O que se diria da existência de pluralidade hoje, com a difusão da Internet e a possibilidade de que indivíduos sejam emissores além de receptores? Se por um lado a Internet permitiu a difusão de discursos alternativos, por outro lado criou outros desafios, como a possibilidade de encontro com o outro, as relações criadas e mantidas com o distinto, o convívio do plural, o uso do discurso para a negociação da diferença, a busca de um mundo comum. Isto é, os desafios de uma apropriação dos espaços públicos de interação social da Internet como esferas públicas de ação política.

## Fatores e circunstâncias relevantes para a formação crítica

As TDIC e seus espaços de interação não determinam um fim, seja pela democratização ou pela desestabilização, em que pesem as premissas de entusiastas e céticos. Ainda estão sendo definidos o que os sujeitos, coletiva ou individualmente, decidem fazer com essas ferramentas, quer na condição de produtor quer na condição de audiência, bem como os tipos de cultura que produzem e compartilham por esses meios e em torno deles. Nesse sentido, nos debruçamos na compreensão de alguns elementos que devem estar presentes para que as interações ocorridas em redes sociais da Internet possam se configurar como um espaço público educador. Nos quadros a seguir são apresentados e definidos os Fatores e as Circunstâncias e as respectivas categorias analíticas que emergiram do estudo teórico apresentado.

**Quadro 1**  
Circunstâncias, categorias analíticas, conceitos e indicadores

<b>Circunstâncias</b>		
Caracteriza um fato ou uma situação, conjuntura ou contexto. Situação auxiliar ou detalhe complementar que define um acontecimento		
Categoria Analítica	Conceitos	Indicadores
Esfera Pública	<p>Espaço de livre acesso, onde as pessoas podem debater e desenvolver argumentos sobre questões da vida comum, recuperando o poder do debate público, pelo diálogo, pelo entendimento, pelo consenso discursivo. Espaço comunicativo onde acontece a negociação das pessoas por um consenso acerca da vida em comum (que pode ser acessado por todos, de trocas comunicativas não coercitivas que visam um entendimento comum). (HABERMAS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso livre e público;</li> <li>- Trocas comunicativas não coercitivas;</li> <li>- Interação pelo diálogo.</li> </ul>
Espaço de Aparência	<p>Espaço pré-domínio público onde os homens fazem explicitamente seu aparecimento, uns aos outros, como seres atuantes visíveis e audíveis, em relação pelo discurso. Desvelamento do agente no ato. (ARENDR)</p> <p>A aparência mediada, a visibilidade do outro, o estrangeiro, a capacidade de diálogo e manifestação de discórdia, a presença de pontos de vista alternativos, de discursos conflitantes e concorrentes, de histórias, imagens e performances. (SILVERSTONE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recurso de comunicação bidirecional;</li> <li>- Desvelamento dos sujeitos (revelação pessoal pelo próprio discurso);</li> <li>- Presença de pontos de vista alternativos.</li> </ul>
Espaço Híbrido (Rede + Rua)	<p>Redes sociais <i>online</i> e <i>off-line</i>. Base dos movimentos no espaço urbano, mas existência contínua pelo espaço livre da internet. Interação do espaço de fluxos da internet com o espaço dos lugares ocupados visados em protestos. Híbrido de cibernética e espaço urbano que constitui um terceiro espaço, de autonomia. (CASTELLS)</p> <p>Ecologia complexa que agrega dispositivos de conectividade, cidades, corpos e informações digitais (Big data), por meio de diferentes tipos de atores e de interações. Sem distinção entre mundo 'real' e mundo 'virtual'. (DI FELICI).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manifestação nas redes sociais e nas ruas;</li> <li>- Presença, nas redes sociais, de conteúdos de referências espaciais <i>offline</i>.</li> </ul>

Fonte: Elaborado por Andrea Lapa, Isabel Colucci, Andreson Lacerda, Simone Schwertl

**Quadro 2**  
Fatores, categorias analíticas, conceitos e indicadores

<b>Fatores</b>		
Qualquer elemento que contribua para a obtenção de um resultado. Quem realiza alguma coisa.		
Categoria Analítica	Conceitos	Indicadores
Pluralidade	Constitui o público. Acolhimento da singularidade dos sujeitos em condições de igualdade. Tem duplo aspecto: a) Igualdade – todos somos iguais; b) Distinção – a unicidade de cada pessoa revelada pelo discurso e pela ação. (ARENDDT).	- Espaço compartilhado de troca de ideias (igualdade) (seres atuantes visíveis e audíveis); - Diversidade de perspectivas no debate (distinção); - Acolhimento no grupo (e apoio de autoridades) de perspectivas diversas que são incluídas no debate.
Agir Comunicativo	Não há um objetivo a ser alcançado, senão o de um acordo entre os sujeitos participantes da ação, ou seja, todos os agentes envolvidos no diálogo são considerados habilitados para interferir no curso do processo que se trava. Além disso, eles estão dispostos a atingir esses objetivos mediados pela definição da situação e da escolha dos fins assumindo o papel de falantes e ouvintes, que falam e ouvem através de processos de entendimento. A linguagem não é utilizada como meio para transmissão de informações (agir estratégico), mas como fonte de integração social (agir comunicativo). (HABERMAS)	- Motivação para o entendimento; - Linguagem utilizada como fonte de integração social (busca de diálogo, troca – para gerar o debate que leva ao acordo); - Troca argumentativa entre as mensagens publicadas; - Busca de construção de um sentido comum, não apenas exposições individuais.
Imprevisibilidade da Ação	Aceitar não se saber, de antemão, qual será o resultado do diálogo, o produto da discussão. O resultado da ação se inicia e se estabelece assim que passa o instante fugaz do ato. O pleno significado do caráter e do conteúdo da história subsequente pode se revelar apenas quando a ação termina. (ARENDDT).	- Não haver condução estratégica do diálogo. - Não haver objetivo pré-definido, apenas o de chegar a um consenso.

*Fonte: Elaborado por Andrea Laça, Isabel Colucci, Andreson Lacerda, Simone Schwertl*

## Discussões em/na rede como possibilidades de educação

Halavais (2012) descreve a internet como um presente aos pesquisadores por proporcionar a observação da sociedade em larga escala, uma espécie de “macroscópio” social. Quando algum tema ganha grande repercussão na rede, é possível vislumbrar diferentes vertentes presentes no debate, além de dinâmicas de comunicação que ultrapassam a criação de textos para se darem também na forma de memes, *hashtags*, correntes, apoio em foto de perfil, entre outras. As múltiplas formas de interação *online* ensinam sobre novas formas de comunicação e propiciam a identificação de diversos pontos de vista atinentes a um debate. Assim, a participação ou simples observação de debates na rede pode ser de grande potencial educativo, tanto no contexto escolar quanto fora dele.

Aqui, discorreremos sobre alguns assuntos amplamente discutidos na internet, a fim de demonstrar como configuram um especial potencial educativo, inclusive para formação em Direitos Humanos, ao apresentarem a perspectiva de afirmação de grupos não hegemônicos – as mulheres e os negros.

O primeiro caso diz respeito à discussão que irrompeu na rede quando uma jovem branca, portadora de um câncer, acusou, em seu perfil na rede social facebook, mulheres negras de a censurarem por usar um turbante – símbolo religioso, de identidade e de resistência da população negra. O relato ganhou grande repercussão, especialmente em razão da mobilização de pessoas que buscavam repelir a ideia de que pessoas brancas não poderiam usar a indumentária. Uma das *hashtags* que centralizou a discussão era a *#vaitertodosdeturbantesim*, uma resposta impositiva à noção de que o turbante deveria ser respeitado como pertencente à cultura negra e de que seu uso por pessoas brancas caracterizaria uma prática de apropriação cultural.

*“Vou contar o que houve ontem, pra entenderem o porquê de eu estar brava com esse lance de apropriação cultural: eu estava na estação com o turbante toda linda, me sentindo diva. E eu comecei a reparar que tinha bastante mulheres negras, lindas aliás, que tavam me olhando torto, tipo ‘olha lá a branquinha se apropriando da nossa cultura’;*

*enfim, veio uma falar comigo e dizer que eu não deveria usar turbante porque eu era branca. Tirei o turbante e falei 'tá vendo essa careca, isso se chama câncer, então eu uso o que eu quero! Adeus'. Peguei e saí e ela ficou com cara de tacho. E, sinceramente, não vejo qual o PROBLEMA dessa nossa sociedade, meu Deus".*

– Relato publicado por Thauane Cordeiro, em 04/02/2017 em seu perfil no Facebook.

A postagem em que a alegada repreensão por usar um turbante foi relatada alcançou mais de 30 mil compartilhamentos e o assunto foi pauta de jornais e revistas de grande circulação nacional. Muitas das postagens publicadas pelo público em redes sociais buscavam defender que a população negra não teria o direito de reivindicar que pessoas de outros grupos étnicos não pudessem utilizar o adereço.

Mas, a rapidez e a intensidade com que o relato de Thauane foi compartilhado e a forma com que se buscou desqualificar a ideia de que o uso esvaziado de significado cultural e religioso dos turbantes constitui uma apropriação cultural demonstrou que o que se viu na rede foi uma onda de indignação de pessoas brancas determinadas a não permitir que a população negra os desautorizasse de alguma coisa. Como alertaram estudiosos e ativistas negros, a comoção com casos de violência contra a população negra (77% das vítimas de assassinato no país), por exemplo, não alcança a proporção do relato de Thauane. Em texto sobre o assunto, a escritora negra Ana Maria Gonçalves aprofunda este entendimento:

*“Viver em um turbante é uma forma de pertencimento. É juntar-se a outro ser diaspórico que também vive em um turbante e, sem precisar dizer nada, saber que ele sabe que você sabe que aquele turbante sobre nossas cabeças custou e continua custando nossas vidas. Saber que a nossa precária habitação já foi considerada ilegal, imoral, abjeta. Para carregar este turbante sobre nossas cabeças, tivemos que escondê-lo, escamoteá-lo, disfarçá-lo, renegá-lo. Era abrigo, mas também símbolo de fé, de resistência, de união. O turbante coletivo que habitamos foi constantemente racializado, desrespeitado, invadido, dessacralizado, criminalizado. Onde estavam vocês quando tudo isto acontecia? Vocês que, agora, quando quase conseguimos restaurar a dignidade dos nossos turbantes, querem meter o pé na porta e ocupar o sofá da sala. Onde estão vocês*

*quando a gente precisa de ajuda e de humanidade para preservar estes símbolos?”*

A leitura de fontes qualificadas<sup>3</sup> na internet permitiu a compreensão de que o quadro completo da discussão transcendia a questão da apropriação cultural para demonstrar o racismo arraigado na sociedade brasileira, que se viu indignada com a possibilidade de uma jovem branca ter sido confrontada por uma mulher negra a respeito da escolha de suas vestimentas.

O segundo exemplo trata de um desafio proposto pela marca de móveis Alezzia em sua página no Facebook para disputar com uma seguidora que avaliou a loja negativamente na rede, em razão da conotação machista de uma de suas campanhas publicitárias. A iniciativa era de oferecer um prêmio em produtos para a seguidora caso ela conseguisse baixar a avaliação pública da loja para 1.1 e, do contrário, fazer uma doação em dinheiro para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).

Apesar da objetificação do corpo feminino das peças publicitárias e da ironia e jocosidade da interação da marca com o público que a criticou, expressa em diversas mensagens na rede social Facebook, o desafio foi vencido pela empresa, ou seja, mais pessoas votaram pelo aumento da avaliação pública da marca. Contribuíram para isso as avaliações daqueles que queriam ajudar a entidade a receber a doação, mas também de pessoas que queriam registrar seu desprezo ao movimento feminista.

Para se ter a dimensão do desrespeito da Alezzia com as mulheres, que ilustram em trajes de banho as peças que promovem seus produtos, a empresa tem o seguinte posicionamento sobre a mão de obra feminina no mercado de trabalho:

---

<sup>3</sup> Portal Geledés - <http://www.geledes.org.br/dialogo-brasil-debate-apropriacao-cultural/#gs.wiXMGk>. Último acesso em junho de 2017; Coluna da escritora Ana Maria Gonçalves: <https://theintercept.com/2017/02/15/na-polemica-sobre-tur-bantes-e-a-branquitude-que-nao-quer-assumir-seu-racismo>. Último acesso em junho de 2017; Coluna da jornalista Eliane Brum: [http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/opinion/1487597060\\_574691.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/20/opinion/1487597060_574691.html). Último acesso em junho de 2017.

Figura 1

Posicionamento da empresa Alezzia em postagem no Facebook



**Alezzia**

28 de maio às 20:14 · 🌐

### O POLITICAMENTE CORRETO ESTA DEVASTANDO O MERCADO DE TRABALHO FEMININO

- 1) A mulher pode ficar grávida e a empresa vai ter que bancar
- 2) Se tiver filho pequeno ela vai investir uma boa energia cuidando da criança
- 3) Se o chefe der um esporro e ela chorar é assédio moral
- 4) Se falar que ela está bonita é assédio sexual
- 5) Tem a TPM
- 6) E tem toda essa história, verdadeira ou não, de fofocas e etc.

Fonte: <https://www.facebook.com/AlezziaMoveis/>

Mesmo assim, muitos comentários de avaliação positiva postados durante a realização do desafio foram postados por mulheres.

Nos dois exemplos apresentados, é possível vislumbrar traços do racismo e do machismo estruturais no Brasil, características marcantes de nossa sociedade. A participação ou observação deste tipo de polêmica travada na internet pode contribuir para a formação das pessoas que se propõem a analisar a composição de perspectivas vinculadas à questão.

Não se trata de afirmar, de forma alguma, que o simples conhecimento das informações postadas pelos diferentes grupos ou emissão de opinião na rede tem potencial formativo. Muito pelo contrário. As possibilidades de formação a partir dos debates travados na internet acontecem quando as pessoas conscientemente se propõem a dissecar o conteúdo à sua frente, como um cientista que faz uso do ‘macroscópio social’, sugerido por Halavais.

Ao identificar perspectivas, recursos retóricos, dados apresentados pelos diferentes grupos e fontes qualificadas que analisam a questão, é possível ampliar a compreensão sobre um determinado tema ou aspecto da sociedade, o que pode enriquecer inclusive práticas de educação formal. Em sala de aula, estas possibilidades ganham ainda mais potencial, uma vez que os professores podem

orientar seus alunos a perceberem as dinâmicas atuantes sobre aquele debate, estimular a problematização dos pontos de vista encontrados e apresentar análises consistentes para que os alunos usufruam do potencial formativo da rede.

## Considerações finais

Segundo a perspectiva da mídia-educação, de que um sujeito formado para a apropriação crítica e criativa das tecnologias pode subverter a lógica da técnica, defendemos que professores, que são sujeitos formados criticamente e não atuam como meros reprodutores são capazes de encontrar as brechas de ação no sistema e configurar, assim, um espaço de possibilidade de transformação. Claro, em uma perspectiva otimista, cibercriticista como a que propomos.

Identificar fatores e circunstâncias que possibilitam a formação crítica do sujeito em espaços não formais de ensino pode ajudar professores que se veem como intelectuais orgânicos e que buscam a sua prática em uma educação para a liberdade experimentar uma apropriação crítica e criativa das redes sociais da Internet em suas práticas na educação formal.

Este artigo apresentou uma reflexão acerca de conceitos-chave como democracia, ação política e redes sociais à luz do contexto contemporâneo da mediação tecnológica e do net-ativismo nas redes sociais. Buscou identificar fatores e circunstâncias relevantes para a formação crítica de sujeitos, dos quais destacamos:

- a) Esfera pública: espaço onde acontece a negociação das pessoas por um consenso acerca da vida em comum.
- b) Espaço de aparência: onde os homens fazem explicitamente seu aparecimento, uns aos outros, como seres atuantes visíveis e audíveis, em relação pelo discurso.
- c) Espaço híbrido: redes sociais *on-line* e *off-line*, misto de cibernética e espaço urbano que constitui um terceiro espaço, de autonomia.
- d) Pluralidade: singularidade dos sujeitos em condições de igualdade.

- e) Agir comunicativo: diálogo onde sujeitos assumem o papel de falantes e ouvintes em processos de entendimento e consenso.
- f) Imprevisibilidade: indeterminação do caráter e do conteúdo da história.

Os exemplos de discussão ocorridos nas redes sociais nos auxiliam a demonstrar como esses ambientes podem se constituir em espaço aberto a outras falas, que não as vozes dominantes. Nos interstícios e espaços abertos nessas redes, percebe-se a polifonia proporcionada pela presença de sujeitos diversos que contribuem para a produção de novas esferas públicas, mais inclusivas e pluralistas.

Este estudo serviu de fio condutor, tanto para orientar educadores em suas práticas, quanto para as etapas seguintes de pesquisa, em fase de conclusão, as quais decorrem da análise de movimentos ativistas nas redes sociais.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A Condição Humana**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- \_\_\_\_\_. A crise na educação. **Gestão Escolar** [s.d.]. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna\\_arendt\\_crise\\_educacao.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf). Acesso em: 28 out. 2014.
- BAKARDJIEVA, M. The Internet and subactivism: cultivating Young citizenship in everyday life. In OLSSON, T.; DALGREN, P. (Eds.). **Young people, ICTs and democracy: theories, policies, identities, and websites**. 2010, p. 129-146.
- BARTOLOMÉ, A. Comunicación y aprendizaje en la Sociedad del Conocimiento. **Virtualidad, Educación y Ciencia**, n. 2 (2), 2011, p. 9-46. ISSN: 1853-6530.
- BENKLER, Y. **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. Yale University Press, New Haven and London, 2006.
- BOBBIO, N.; MANTTEUCCL, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 1998. 2010.
- BANAJI, S.; BUCKINGHAM, D. **The civic web: young people, the Internet and civic participation**. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation series on digital media and learning. MIT Press, Cambridge, MA, USA, Oct. 2013, 240 pp. ISBN 9780262019644.
- BUCHSTEIN, H. Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy. **Constellations**, v. 4, n. 2, p. 248-263, 1997.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **TIC Kids online Brasil 2015**: Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2015/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

DALHGREN, P. **Civic cultures and net activism**: modest hopes for the EU public sphere. Conference on One EU - Many Publics? At University of Stirling, 5-6 Feb. 2004.

\_\_\_\_\_. Reinventing participation: Civic agency and the web environment. **Geopolitics, History, and International Relations**, 4, 27-45, 2012. Disponível em: <http://cdn.ais-sociologia.it/uploads/2011/09/pic-2011-Dahlgren.pdf> Acesso em: 02 fev. 2016.

DI FELICE, M. Ser Redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Revista Matrizes**. São Paulo, v. 7, n. 2, jul/dez, 2013, p. 49-71.

\_\_\_\_\_. Manifestações-neozapatistas. **Revista Pesquisa Fapescc**, v. 3, n. 10, 2014. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2014/03/10/manifestacoes-neozapatistas/>. Acesso em: 20 jan. 2011.

FORTUNATI, L. Media Between Power and Empowerment; Can we resolve the dilemma? **The Information Society**. 30: 169-183, 2014.

GADEA, C. A.; SCHERER-WARREN, I. A Contribuição de Alain Touraine para o debate sobre o sujeito e democracia latino-americanos. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 25, p. 39-45, nov. 2005.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria y praxis**. Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

HALAVAIS, A. Prefácio. In: FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina 1, 2011.

HORKHEIMER, M. **Critical theory**. London: Continuum International Publishing Group, 1972.

ILLICH, I. **Deschooling Society**. New York: Harper and Row, 1971.

KEEN, A. **The cult of the amateur**: how today's internet is killing our culture. Nova York: Doubleday/Currency. 2007.

KELLNER, D. **Critical theory, marxism and modernity**. Cambridge: Polity/John Hopkins University Press, 1989.

NÓVOA, A. Nada será como antes. **Revista Pátio – Ensino Fundamental**. O futuro da sala de aula (entrevista) n. 77. Porto Alegre. Ed. Artmed, nov. 2014. Disponível em: <http://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/10938/nada-sera-como-antes.aspx>. Acesso em: 26 jan. 2015.

POSTER, M. Cyberdemocracy: the internet and the public sphere. In: TREND, D. **Reading Digital Culture**. Massachusetts and Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2001, p. 259-271.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Volume 9, agosto de 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/153/154>. Acesso em: 17 ago. 2014.

RHEINGOLD, H. Habermas blows off question about the Internet and the public sphere. **Smart Mobs**, 5 Nov. 2007. Disponível em: <http://www.smartmobs.com/2007/11/05/habermas-blows-off-question-about-the-internet-and-the-public-sphere/>. Acesso em 11 dez. 2009.

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Redes de movimientos y territorios: las mediaciones entre lo global y lo local**. Escenarios XXI, v. 14, p. 122, 2012.

SHIRKY, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Editora Zahar, 2011.

SILVERSTONE, R. **Media and Morality on the rose of the Mediapolis**. Cambridge: Polity Press, 2007.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

TURKLE, S. **Alone together**. Nova York: Basic Books, 2011.